

O Sindicato dos Hospitais promete mais provas, quando o Suds mandar as próximas faturas de pagamento.

O crédito de NCz\$ 148.601.890,00...

...foi glosado para NCz\$ 145.698.119,00.

...e somente depositado NCz\$ 89 784 00

O crédito de NCz\$ 103.234.911,00...

...foi glosado para NCz\$ 98.265,130,00...

e somente depositado NCz\$ 71 684 864 00

Duas provas de que a Secretaria da Saúde tem retido porcentagens do dinheiro destinado aos hospitais particulares, através do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, Suds:

● O Hospital e Maternidade de São Miguel, da Zona Leste, apresentou ao Suds de sua região, em janeiro, comprovantes de atendimento a pacientes, que somavam Cz\$ 148.601.890,00. O Suds não concordou com alguns dos comprovantes e os glosou, chegando ao valor definitivo a ser pago: Cz\$ 145.698.119,00. Este valor a ser pago foi passado para o Ministério da Previdência. O ministério mandou então o dinheiro para a Secretaria da Saúde pagar o hospital. Só que, em vez dos Cz\$ 145.698.119,00, foram depositados no Banespa, na conta do hospital, no dia 10 de fevereiro, apenas NCz\$ 89.784,00.

● A Casa de Saúde Vila Matilde, também na Zona Leste, cobrou do Suds Cz\$ 103.234.911,00, sofreu glosas e teve como valor definitivo a receber Cz\$ 98.265.130,00. Mas em sua conta, no Banespa, foi creditado, em 11 de janeiro, um valor muito menor: NCz\$ 71.684.864,00.

Um grande número de provas vai aparecer proximamente, diz o Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo, quando o Suds mandar para os hospitais as faturas dos pagamentos. Nesses papéis (iguais aos que ilustram as revelações acima) constam o valor

cobrado pelo hospital e, em caso de glosas, o valor a ser pago. “E quando as faturas forem confrontadas com os depósitos feitos pelos Suds na conta dos hospitais, ficará muito claro que a Secretaria da Saúde reteve parte do dinheiro” — assegura o presidente do sindicato, o médico Chafic Farhat.

Só que nos últimos meses, diz ele, o Suds reteve as faturas, em vez de — como manda a prática comercial — passá-las aos hospitais. “Mas eles terão que liberar essas faturas, nem que seja na Justiça” — ameaça Farhat.

Sem resposta

A retenção denunciada pelos hospitais, contudo, não é fato novo. E suas evidências, diz Farhat, transparecem até em mensagens mandadas pela própria Secretaria da Saúde. Em 15 de fevereiro, o sindicato e a Associação dos Hospitais do Estado de São Paulo mandaram telex para Maria Lúcia Tojal, chefe de gabinete da secretaria, perguntando quando “as retenções ocorridas na rede prestadora de assistência ambulatorial” seriam pagas. Sem resposta, os representantes dos hospitais se reuniram em assembléia, no dia 25 de fevereiro, e resolveram parar de atender as consultas do Suds. Os doentes foram passados para a rede de atendimento do Estado — que, ineficiente, enfrentou graves problemas. No dia 27 — o segundo dia do movimento —, o Sindicato dos Hospitais recebeu

um telex de Maria Lúcia Tojal: os hospitais que “receberam os valores menores que os realmente devidos” — dizia — teriam a diferença paga. O que aconteceu, no dia seguinte.

Outra evidência de que as retenções existem e são generalizadas, diz Farhat, é o número de queixas dos hospitais mandadas ao sindicato, ultimamente. Farhat relacionou as queixas num telex que mandou para a Secretaria da Saúde — e, como o **JT** noticiou ontem, a fita de papel ficou com seis metros e meio de comprimento. “Não dá para se chegar a um total do quanto foi retido, de todos os hospitais, mas sabemos que essas retenções vão de 10% a 90%” — repetia ele ontem.

Desafio à intervenção

Anteontem, representantes de 100 dos 564 hospitais particulares paulistas resolveram, em assembléia, pedir seu descredenciamento coletivo do Suds. O secretário estadual da Saúde, José Aristodemo Pinotti, reagiu com a ameaça de intervir nos hospitais, se isso acontecer. E ontem Chafic Farhat comentou assim a ameaça do secretário: "Nós pedimos que o Estado intervenha e desapropriar os hospitais de uma vez, para que o governo atual trate de cumprir seu dever social. Quero ver se eles querem essa bomba".

E também reclamou que “o governo atual, democrático, está se valendo dos mesmos meios do autoritarismo que tanto criticou”.

Ontem, o Sindicato dos Hospitais começou a mandar para todos os seus associados uma circular explicando os motivos que levaram à decisão de se pedir o credenciamento coletivo. A mesma mensagem orientava os associados — hospitais e irmandades, responsáveis por Santas Casas — a mandar ao sindicato uma procuração, para o pedido de credenciamento. Durante a tarde, Farhat recebeu telefonemas dos Sindicatos dos Hospitais do Ceará e do Pará, pedindo detalhes e oferecendo adesão.

Mas a entrega de um documento ao Ministério da Previdência, pedindo afinal o descredenciamento, ainda vai demorar — se realmente acontecer. Farhat diz que os hospitais que são sociedade anônima têm que se reunir com seus acionistas, para tomar a decisão; assim como as santas casas têm que ouvir sua mesa diretora. “Pode demorar de 30 a 60 dias” — avalia Farhat, repetindo o que disse depois da assembléia dos representantes dos hospitais.

Ele calculou também que, nesse prazo, 100 hospitais — num total de 15 mil leitos — poderiam parar, o que traria graves reflexos no atendimento à população. Ontem, admitia: “Espero que não se chegue a isso, que os problemas sejam resolvidos”. Os principais problemas são a má remuneração aos hospitais, atraso nos pagamentos — e a inexplicável retenção.